À EGRÉZIA COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO DO PARANÁ.

Concorrência Pública nº 06/2024

A empresa PRIDEA COMUNICAÇÃO LTDA, devidamente qualificada nos autos do certame licitatório em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, apresentar

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Conforme previsão contida no artigo 165, § 4º, do Estatuto Federal das Licitações - Lei nº 14.133/2021 -, combinada com a disciplina do subitem 8.1.1 do edital da Concorrência supra referida, com fundamento nas razões fáticas e jurídicas a seguir aduzidas.

A empresa PRIDEA COMUNICAÇÃO LTDA, ora peticionária, participou do certame licitatório em questão e percorreu todas as suas fases.

Ressalte-se que referido competitivo foi instaurado sob a modalidade Concorrência, do tipo Técnica e Preço, característica que o torna como um dos mais rígidos, dentre todas as possibilidades legais.

Av Francisco Matarazzo, 1752, Conjunto 2308/2309, Água Branca
São Paulo - SP | CEP 05.001-200 | Tel: 11 3807.6146

Superadas as diversas fases estabelecidas pelo edital, a empresa PRIDEA COMUNICAÇÃO LTDA sagrou-se como a mais bem classificada na disputa, ostentando, a partir de critérios públicos, objetivos e igualitários - assim como deve ser em toda licitação pública - a melhor Nota Final (NF) dentre todas as demais concorrentes que tiveram suas propostas classificadas (porque algumas sequer conquistaram essa condição, vale dizer: foram desclassificadas).

Ao final, a esta peticionária alcançou nada menos que 9,85 pontos em sede de Nota Final, que resulta da somatória do Índice de Pontuação da Proposta Técnica (IPPT) com a Nota da Proposta de Preço (NPP), conforme previsão do item 7.3.8 do edital.

Veja-se, com isto, que as regras são claras desde o início da competição e constam do edital:

7.3.8 Para a definição da Nota Final, a Comissão Especial de Licitação, considerando a pontuação atribuída às Propostas Técnicas e às de Preços, utilizará a seguinte fórmula:

NF = IPPT + NPP

Na qual:

NF = Nota Final

IPPT = Índice de Pontuação da Proposta Técnica do licitante.

NPP = Nota da Proposta de Preços

Atendidos todos os requisitos editalícios e, sobretudo, alcançado o objetivo maior da licitação, consistente em "assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a Administração Pública", ex vi do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, é certo e estreme de

Av Francisco Matarazzo, 1752, Conjunto 2308/2309, Água Branca
São Paulo - SP | CEP 05.001-200 | Tel: 11 3807.6146

dúvidas que o interesse público foi alcançado para todos os fins de direito, na medida em que a Secretaria de Estado promotora do certame concorrencial declarou vencedora o agente econômico privado que ofertou a melhor proposta, segundo parâmetros editalícios públicos, objetivos e igualitários.

Não obstante, em que pese o atendimento ao interesse público, conquistado a partir do cumprimento dos requisitos editalícios, como não poderia deixar de ser, as empresas concorrentes, com Notas Finais inferiores na disputa, interpuseram recursos na tentativa de mitigar os trabalhos realizados pelo Órgão Julgador da Licitação, arguindo, algumas, que suas propostas foram indevidamente desclassificadas e, outras, que são enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte e que, por isso, são merecedoras do tratamento diferenciado legalmente previsto.

As teses recursais são indubitavelmente improcedentes, sendo que a decisão prolatada pela Douta Comissão Licitante não merece qualquer reparo.

Em primeiro lugar, conforme revela a "ata de publicação de preços e notas finais após diligências", o procedimento foi convertido em diligência para admitir ajustes nas propostas das recorrentes. Ocorre que, ainda assim, as empresas desclassificadas - e ora insatisfeitas e recorrentes - não lograram (algumas delas por mais de uma vez) escoimar suas ofertas das impropriedades originariamente detectadas, não restando alternativas à Comissão senão desclassificá-las.

Nada mais justo, afinal de contas, em que pese a necessidade de se fazer diligências, a concessão de chances não pode se perpetuar, sob pena de eternizar o apoio aos competidores

Av Francisco Matarazzo, 1752, Conjunto 2308/2309, Água Branca
São Paulo - SP | CEP 05.001-200 | Tel: 11 3807.6146

que não conseguiram (e permanecem não conseguindo) conformar suas propostas aos termos editalícios. Em outros termos: as chances concedidas em sede de diligências não podem ser eternas, sob pena de atentado frontal à isonomia entre os licitantes.

Em segundo lugar, não há que se falar em tratamento favorecido e diferenciado a qualquer dos licitantes constantes da tabela classificatória, pois, conforme asseverado pela Comissão Julgadora na última coluna, nenhuma delas é enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Ainda que o contrário fosse, não é excesso recordar que, nos termos do artigo 45, inciso I, do Estatuto Federal das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006), presente a hipótese de empate fictício, eventual desempate deve ocorrer mediante a apresentação de "proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame" (Grifos nossos).

Não há, pois, previsão legal para que o desempate recaia sobre a reformulação da proposta técnica, em sede de licitação processada sob o critério da "técnica e preço", sob pena de deturpar o legítimo benefício ao segmento das microempresas e empresas de pequeno porte.

Nesse sentido, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - pautado em consolidados entendimentos anteriores - já decidiu que:

[...] o direito de preferência da microempresa ou empresa de pequeno porte, com fundamento nos artigos 44 e 45 da Lei

Av Francisco Matarazzo, 1752, Conjunto 2308/2309, Água Branca
São Paulo - SP | CEP 05.001-200 | Tel: 11 3807.6146

Complementar n° 123/2006, aplica-se nos casos em que, verificado o empate entre as propostas, mostre-se possível a oferta de proposta de preço inferior àquela considerada vencedora [...]

O direito de preferência outorgado à microempresa ou empresa de pequeno porte enseja a ela a possibilidade de melhorar a proposta relativa ao preço apenas, o que não a favorece na hipótese, à vista do critério de adjudicação do edital [item 8.13, fls. 117]. A licitante não poderá alterar a parte da proposta relativa à técnica. Nesse sentido, o inciso I do artigo 45 da Lei Complementar n° 123/2006 dispõe acerca do direito de preferência ser exercido com a apresentação de proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame.

[...]

Licitação. Tipo melhor técnica e preço. Microempresa. Benefícios da Lei Complementar n° 123/2006 (arts. 44 e 45). Critério de desempate aplicável tão somente no quesito menor preço. Microempresa que já apresentou proposta no menor preço, sendo inviável nova proposta para cobrir preço ofertado pelo concorrente. Distorção dos benefícios legais. Incabível nova proposta no quesito melhor técnica. Desprovido de rigor. Segurança mantida. Recurso improvido. (Sem destaques no original)
(Apelação Cível n° 1003513-70.2023.8.26.0157; Voto n° 20323; Acórdão n° 024.0000277290; Relator Desembargador Spoladore Dominguez; 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo; Julgamento em 04 abr. 2024).

Av Francisco Matarazzo, 1752, Conjunto 2308/2309, Água Branca
São Paulo - SP | CEP 05.001-200 | Tel: 11 3807.6146

Desta forma, com relação a um dos recorrentes, é incabível o exercício do direito de preferência, porquanto, desde o início, já havia ofertado preço inferior ao da proposta emanada da empresa vencedora, não restando configurada a situação de empate fictício, que é aquela em que "as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada" (art. 44, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 - Grifos nossos)

Com relação à outra insurgente, a tese também não merece prosperar, porquanto que, ainda que se admitisse aplicar o tratamento diferenciado para ofertar proposta técnica melhor - segundo, em tese, a regra do edital -, não se pode esquecer que sua proposta técnica se encontra nada menos que 12,79% acima da proposta mais bem classificada, afastando-se, portanto, qualquer arguição nesse sentido.

Mas não é só: a essa altura do certame também não seria possível admitir à referida recorrente a oferta de proposta de preço menor, porque já são conhecidos os pontos técnicos conquistados por seus concorrentes. Nessa esteira, a concorrente certamente se limitaria a diminuir seu preço, na tentativa de compensar sua baixa pontuação técnica, o que confronta o critério de julgamento eleito pela Administração contratante, que não é o do "menor preço", mas o da "técnica e preço", ex vi do artigo 6º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, combinados com as disposições e critérios impostos pela Lei Federal nº 12.232/2010.

Equivocadas, portanto, as tentativas de subverter o conteúdo normativo, jurisprudencial e a decisão alcançada a partir de critérios objetivos e impessoais, porquanto tais atos se encontram em total consonância com o artigo 37, *caput*, da

Av Francisco Matarazzo, 1752, Conjunto 2308/2309, Água Branca
São Paulo - SP | CEP 05.001-200 | Tel: 11 3807.6146

Carta da República de 1988, que consagra os princípios que regem a atividade administrativa, os quais foram reproduzidos, em sede infraconstitucional, pelo artigo 5º da Lei Geral de Licitações e de Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021.

Indubitável, portanto, a constitucionalidade e legalidade das decisões proferidas.

Nestes termos, a manutenção do resultado de julgamento é medida que se impõe, não havendo uma justa ou jurídica razão para infirmar os trabalhos realizados pela zelosa Comissão de Licitação.

Ex positis, requer, com o devido respeito e acatamento, o indeferimento dos apelos interpostos, mantendo irretocável o resultado de julgamento que classificou, em primeiro lugar, a empresa PRIDEA COMUNICAÇÃO LTDA, porquanto constitui a autora da proposta mais vantajosa ao interesse público, aferida a partir dos critérios editalícios públicos, objetivos e igualitários.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 31 de março de 2025.

PRIDEA
COMUNICACAO
LTDA:08353988000184

Assinado de forma digital por
PRIDEA COMUNICACAO
LTDA:08353988000184
Dados: 2025.03.31 23:26:50
-03'00'

PRIDEA COMUNICAÇÃO LTDA

Av Francisco Matarazzo, 1752, Conjunto 2308/2309, Água Branca
São Paulo - SP | CEP 05.001-200 | Tel: 11 3807.6146